

GRITOS E SUSSURROS.

O que significa “liberdade de expressão”.

Em tempos bicudos como os atuais onde o livre pensamento somente pode ser manifestado entre quatro paredes, não aos gritos, mas apenas em discretos sussurros, e onde a gritaria geral rebela-se contra mordanças que bloqueiam a liberdade de expressão, precisamos nos ater ao que está oculto nas sombras quando essa revolta possui a aparência de extremismo, porém parece ser algo muito mais profundo e com real significância para o futuro da sociedade. Sob o ponto de vista constitucional, a liberdade de expressão encontra-se inserida no rol de Direitos e Garantias constantes do artigo 5º da Carta Magna vigente que diz que *“é livre a manifestação de pensamento, sendo vedado o anonimato”*. E ainda no art. 220 que veda *“toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística”*.

A primeira pergunta que surge como consequência do verbete acima mencionado diz respeito a quais são os limites da liberdade de expressão (ou livre manifestação do pensamento) e também em que momento, essa liberdade acaba por causar danos ou ainda constituir grave ameaça à integridade individual e social. A primeira vista parece elementar que o limite da liberdade de expressão de um indivíduo ou grupo está fincado onde começa a liberdade do outro indivíduo ou grupo. Ou seja, se essa manifestação fere a intimidade, privacidade, honra e imagem de outra pessoa ela não pode ser admitida sob pena de causar ameaça ou grave lesão à integridade do outro.

Assim sendo, o próprio texto constitucional tratou de assegurar proteção a quem seja vitimado por um eventual abuso de liberdade, como também estabeleceu dispositivos que assegurem o direito reverso de quem teve sua integridade abalada de alguma forma; de início, essa visão ampla parece fácil de ser digerida e absorvida pelo cidadão, mas, de outro lado, temos o advento das redes sociais e demais mecanismos cibernéticos que permitem uma caudalosa profusão de informações, as vezes destituídas de senso crítico, que são tão freneticamente e exponencialmente divulgadas que os mecanismos protetivos perdem-se nas brumas dessa terra de ninguém chamada internet.

Com uma ferramenta tão poderosa nas mãos, qualquer um pode ser jornalista, comentarista, crítico social ou o que mais quiser, já que sabe-se que a profundidade não é um dos atributos daquilo que circula em redes sociais, e tudo é dotado de uma perigosa fluidez e efemeridade cujo resultado é o esquecimento assim que algo novo surge. Desta maneira, florescem duas perguntas: a primeira refere-se a quem cabe o controle da liberdade de expressão no meio digital? E a segunda é se esse responsável (ou responsáveis) possuem imparcialidade acima de qualquer suspeita para o exercício de tal mister?

Propomos, desde já, a exclusão do Poder Judiciário como a instituição mais aparelhada para exercer o controle acima mencionado, por razões óbvias e despciendas de maiores comentários, evidenciando que a competência para esse controle reside em outra instância mais adequada; especialistas afirmam que o disposto no artigo vinte do Marco Civil da Internet já atribuiu esse encargo aos provedores de rede estabelecendo que *“caberá ao provedor de aplicações de internet comunicar-lhe os motivos e informações relativos à indisponibilização de conteúdo, com informações que permitam o contraditório e a ampla defesa em juízo, salvo expressa previsão legal ou expressa determinação judicial fundamentada em contrário.”*. Ou seja, deixa nas mãos dos provedores a responsabilidade por vetar conteúdos que eventualmente tragam em seu bojo menção direta ou indireta que possa causar danos à integridade de outrem. Observem que parece algo como deixar a raposa a cuidar do galinheiro, já que esses provedores são, na verdade, poderosas empresas que dominam o segmento e que podem agir da maneira que mais aprouver aos seus próprios interesses.

Contudo, há de se observar também que o aspecto da imparcialidade desses responsáveis pelo controle do que é postado na rede, sofre influência de um poderoso elemento que consiste na engrenagem central que movimenta o mundo, e que se resume na expressão: “Poder econômico”, ou melhor, na chamada mão invisível que manipula o mercado mundial e todos os seus integrantes, em especial aqueles cujo porte permite liberdade de movimentação, assemelhando-se a um livre arbítrio de suas próprias razões.

Deixemos de lado por um instante apenas, a epifania democrática de exercício soberano do poder pelo povo, já que há muito tempo sabemos que isso é uma figura de retórica; o que realmente move o mundo no sentido que mais lhe aprouve reside no poder econômico; não interessa quem você é, mas sim quanto você vale. Prova inequívoca de nossa afirmação pode ser conferida na enxurrada de consultores financeiros, sites especializados em orientação financeira e outros tantos que noticiam, diuturnamente, tudo que acontece como o dinheiro e com a economia; a promessa é de uma vida mais tranquila e uma possível aposentadoria livre de percalços, tudo em nome daqueles que prometem tratar suas economias como se a eles pertencesse.

Então, não há dúvidas de que o teor do artigo vinte do Marco Civil da Internet é pura figura de linguagem, pois os responsáveis por limitar e reprimir eventuais abusos cibernéticos, são movidos pela vontade ditada pelo poder econômico; além disso, na maioria das vezes agem como glosadores soberbos, cujos mecanismos de contestação são avaliados pelas chamadas “inteligências artificiais”, ou robôs com respostas prontas. É possível crer, portanto, que há mesmo liberdade de expressão e de livre pensamento em um cenário como esse aqui descrito?

Isso é pouco provável, e se assim o for, tudo que lemos e ouvimos pode ser resultado de uma manipulação oportunista que atende a interesses privados e não coletivos. Com publicações de toda ordem circulando pela rede, acrescida da ausência de interesse em conferir sua origem e veracidade, temos o cenário perfeito para a manipulação, algumas vezes inescrupulosa, de dados e informações que servem para indicar uma situação que possa causar enorme comoção e deste modo, agitar movimentos favoráveis aos interesses restritos (e talvez, também escusos), de uma minoria.

Será que podemos afirmar, sem receio, de que as notícias hoje difundidas pelos grandes veículos de comunicação encontram-se absolutamente isentas de ânimo e alguma paixão? No mesmo sentido, podemos afirmar ainda que as manchetes em caixa alta difundidas pelo meio digital e cuja origem e consistência não são fáceis de ser confirmadas também estão despidas de uma mesma inclinação emocional ou tendenciosa? Tenho certeza que não se pode corroborar essa isenção, do mesmo modo que não podemos acreditar que elas representem um livre pensamento, posto que atrelado ao pensamento manipulado a ser amplamente difundido com vistas a um resultado útil.

John Stuart Mill (1952), assim como Voltaire e Chomsky, defendia que a liberdade de expressão deve ser defendida mesmo que não se concorde com a opinião:

Nunca podemos ter certeza de que a opinião que estamos nos empenhando para reprimir é uma opinião falsa [...]. A opinião que se tenta suprimir autoritariamente pode ser verdadeira. Os que desejam suprimi-la, é claro, negam sua verdade; mas eles não são infalíveis [...]. Recusar-se a escutar uma opinião porque eles têm certeza de que ela é falsa é supor que a certeza deles é a mesma coisa que certeza absoluta. Todo o silenciamento de uma discussão é uma suposição de infalibilidade (1952, p. 275, tradução nossa)¹

O excerto acima traduz com clareza mais que cristalina a ideia de que manipular a liberdade de expressão por meio de opiniões veiculadas de forma massiva e taxativa constitui o maior risco à própria liberdade, e por via de consequência, doloroso risco à própria democracia.

Um testemunho contundente sobre a importância de liberdade de expressão ocorreu nos estertores finais do maior conflito armado mundial ocorrido entre 1939 a 1945. No dia 12 de abril de 1945, o general americano Dwight Eisenhower, comandante supremo dos Aliados na Europa, visitou o recém-liberado campo de Ohrdruf, na Alemanha². Ao ver pilhas de corpos alvejados na cabeça e também outras cenas aterradoras decidiu retirar todas as restrições à divulgação dos fatos. Além disso, convidou congressistas e jornalistas a visitar os campos. E foi assim que ele se manifestou a respeito do que viu:

“Que se tenha o máximo de documentação – façam filmes – gravem testemunhos – porque há de vir um dia em que algum idiota se vai erguer e dizer que isto nunca aconteceu”.³

De lá para cá o que vimos foi uma deturpação com o intuito de manipular a opinião pública, conduzindo-a como gado na direção desejada. Tomemos como exemplo um fato recentíssimo envolvendo o Senador da República Davi Alcolumbre que foi denunciado por um esquema de “rachadinha” conforme reportagem da Revista Veja⁴. A denúncia em si não parece trazer alguma novidade sobre um assunto tão macerado, porém, se olharmos para outro evento correlato no qual é o senador responsável por datar a sabatina de André Mendonça para ocupar vaga no Supremo Tribunal Federal ante a aposentadoria do Ministro Marco Aurélio Mello, paira no ar uma sensação de manipulação política com vistas a exercer pressão sobre o parlamentar⁵.

Do mesmo modo, analisando-se outro fato envolvendo o caminhoneiro Marcos Antônio Pereira Gomes, mais conhecido pela alcunha de “Zé Trovão”, conclamou um levante dos caminhoneiros no dia sete de setembro passado e quando percebeu que além não ter logrado êxito também viu-se isolado refugiou-se em um hotel na cidade do México. Na verdade esse indivíduo nada mais é que mais um ativista cibernético que declarou identidade com uma categoria sem que houvesse contrapartida nesse sentido, deixando escancarada a constatação de que se tratava de mais uma farsa midiática.

Os casos acima apenas servem de pano de fundo para a confirmação de que a liberdade de expressão está servindo aos interesses privados levando atrás de si uma legião de incautos que não se preocupam em ir mais a fundo naquilo que recebem pelas redes sociais ou pelos veículos de comunicação. O momento atual revela-se ainda mais fértil quando confrontado com o mito da caverna narrado pelo filósofo grego Platão:

*Na alegoria da caverna um grupo de pessoas passou toda a vida dentro de uma caverna com correntes nos braços, nas pernas e no pescoço, de maneira que só é possível olhar para frente, atrás dessas pessoas há uma estrada e diante delas o fundo da caverna, sendo que ali são projetadas as sombras de tudo que passa na estrada, como os prisioneiros não conseguem se mover tudo que conhecem são as sombras, logo acreditam que são reais. No mito um dos prisioneiros consegue se soltar e sair da caverna, quando chega ao lado de fora e vê o sol fica sem enxergar por algum tempo, já que os olhos estavam acostumados com a escuridão, depois que consegue enxergar ele percebe que na verdade as sombras nunca foram reais e que ele foi enganado durante toda a vida. Quando o prisioneiro que escapou volta à caverna e tenta libertar os outros, esses não acreditam naquele já que tudo que conhecem são as sombras, pra eles essa é a única verdade que existe (Platão, 2007).*⁶

Ou seja, muitas vezes de nada adianta ousarmos ir contra as declarações falaciosas de conteúdo temerário, pois corremos o risco de sermos vítimas de nossa própria sociedade, como se nossa consciência individual de nada valesse perante uma consciência coletiva cegada pela fluidez e volatilidade das redes sociais e demais mecanismos de comunicação de massa.

E isso pode ser identificado conforme o pequeno glossário abaixo reproduzido:

O método usado [...] combina a ação de contas pessoais de referentes políticos, trolls (contas cujo registro violento bloqueia o debate e desvia a conversa), bots (contas parcial ou totalmente automatizadas em suas interações) e seguidores regulares (Anistia Internacional, 2018, p. 9, tradução nossa).⁷

Ou seja: existem diversas formas de se utilizar dos meios digitais apenas e tão somente para confundir e não para esclarecer, servindo a interesses que desconhecemos; incrementa-se ainda com o anedotário circulante de teorias conspiratórias levadas a efeito por entidades secretas com o intuito exclusivo de obter desestabilização em prol de uma “nova ordem social”; somente um sujeito que desconhece a realidade que o cerca pode dar crédito a uma falácia como essa; os movimentos orquestrados por meio de mídias digitais ou convencionais servem ao propósito de grupos bastante conhecidos movidos pelo dinheiro ou pelo poder.

As últimas eleições realizadas em 2018 são a prova cabal de que move-se as peças desse xadrez informacional ao sabor de interesses privados e escusos; observem o seguinte registro:

*De acordo com estudo (2017) da Diretoria de Análise de Políticas Públicas (DAPP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) nas eleições de 2014, no dia do debate da Rede Globo com os candidatos a Presidente da República no 1º turno, 6,29% das interações sobre o assunto no Twitter **partiram de robôs**, enquanto no segundo turno esse número chega a 11,34%. Já nas manifestações de apoio ao impeachment da presidente Dilma Rousseff do dia 13 de março de 2016 **as interações dos robôs chegaram a 10%**. Na eleição presidencial de 2018 a FGV DAPP (2018) identificou, entre os dias 8 e 13 de agosto de 2018, 5.932 contas automatizadas no debate sobre as eleições e os presidenciais, sendo que essas geraram 19.826 publicações.⁸*

Aqueles que se alienam, seja porque não sabem mais no que podem acreditar, seja porque tentaram inutilmente dissuadir os demais de seguir por caminhos tortuosos delineados pelos detentores de poder, acabam por adotar o ditado inglês que afirma ser a ignorância uma benção; não há como afirmar que essas pessoas agem de maneira correta ou não, já que agem de acordo com seu livre convencimento, fruto da liberdade de escolha e de pensar; aliás, creditar a eles todos os males da humanidade seria de uma severidade irônica, já que, muitas vezes, agimos da mesma forma.

Há ainda um alerta vermelho aceso em nossas mentes: quem, como nós, não viveu sob a opressão de uma ditadura, não sentiu os efeitos nefastos de uma imprensa controlada pelo Estado, talvez não saiba o que diz quando clama por sua volta; de outro lado, há também de se perceber a sutileza de uma ditadura movida pelo dinheiro, pelos investidores que surgem diante da imprensa afirmando que como ganharam muito a custa de todos, nada mais justo do que fazer uma pequena retribuição, como forma de “comprar uma indulgência” futura e oportuna, pois é sempre bom ter uma carta na manga.

Perguntem a si mesmos quem são os responsáveis pelas centenas de campos de refugiados espalhados pelo planeta, ou ainda quem financiou a invasão do Iraque sob a alegação da existência de armas químicas de destruição em massa que jamais foram encontradas. Não se esqueçam de perguntar também quem mais lucro com a bolha de 2008 que sugou centenas de milhares de empregos e aposentadorias. Quantos investidores como Bernard Madoff⁹ ainda circulam livremente em nosso meio social? Então, é mais que evidente que os interesses que movimentam mercados como manadas nada tem a ver com entidades ou sociedades secretas; tem a ver sim com as paixões que movem o homem: a febre do dinheiro e a ânsia pelo poder.

- 1 <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revcesumar/article/view/7439/6176>
- 2 <https://www.nsctotal.com.br/noticias/campo-de-auschwitz-celebra-75-anos-de-sua-liberacao-com-duvidas-a-esclarecer>
- 3 <https://slideplayer.com.br/slide/3181948/>
- 4 <https://veja.abril.com.br/politica/a-rachadinha-de-r-2-milhoes-de-davi-alcolumbre/>
- 5 <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/13/davi-alcolumbre-reafirma-autonomia-da-ccj-para-marcas-sabatina-de-andre-mendonca>
- 6 <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revcesumar/article/view/7439/6176>
- 7 <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revcesumar/article/view/7439/6176>
- 8 <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revcesumar/article/view/7439/6176>
- 9 https://pt.wikipedia.org/wiki/Bernard_Madoff